

COLÉGIO ESTADUAL PROF. LUIZ ANTONIO BURIM (escrever o nome da Escola/Colégio)

MUNICÍPIO: Apucarana (nome do município)

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências Humanas e Ensino Religioso)

COMPONENTE CURRICULAR: Ensino Religioso

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DO ENSINO FUNDAMENTAL
ANOS FINAIS (6º AO 9º ANO)

Calendário Escolar: 200 dias letivos de efetivo trabalho escolar

Matriz Curricular: 800 horas anuais – 01 h/aulas semanais

Introdução

Fazer uma pequena resenha, após a leitura do Marco Introdutório do Referencial Curricular do Paraná (p.1-30), para que em seguida, entrem nas Competências Gerais apresentadas pela BNCC, entendidas, conforme Parecer nº 15/2017 da CNE/CP, como Direitos de Aprendizagem.

É essencial realizar a leitura do texto Introdutório do Referencial Curricular do Paraná (p. 1-30) e fazer uma pequena resenha abordando os aspectos abaixo de forma articulada:

INTRODUÇÃO

A partir da aprovação da Base Nacional Comum Curricular –BNCC pelo Conselho Nacional de Educação –CNE e homologação pelo Ministério da Educação –MEC, em 20 de dezembro de 2017, o país definiu o conjunto de aprendizagens essenciais a serem garantidas às crianças e jovens brasileiros inseridos no processo de escolarização na Educação Básica, especialmente, para as etapas da Educação Infantil e Ensino Fundamental até este momento histórico.

No Estado do Paraná, foi constituído um comitê gestor, composto pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná –SEED/PR, Conselho Estadual de Educação do Paraná – CEE/PR, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação –UNDIME/PR e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação –UNCME/PR, considerando que são as instituições

representativas dos sistemas estadual e municipais de educação e responsáveis por executar e normatizar a educação escolar nos diferentes sistemas.

A proposta no Estado do Paraná foi a construção, em regime de colaboração entre estado e municípios, de um referencial curricular único, cujo objetivo é estabelecer direitos de aprendizagens a todos os estudantes do estado em uma perspectiva de equidade, ou seja, de garantir condições necessárias para que essas aprendizagens se efetivem. Esse compromisso foi assumido pelo estado e por municípios paranaenses, assim como também deverá ser por todos os profissionais da educação.

O Referencial Curricular do Paraná segue a estrutura da BNCC trazendo para a realidade paranaense discussões sobre os princípios e direitos basilares dos currículos no estado e suscitando a reflexão sobre a transição entre as etapas da Educação Infantil para o Ensino Fundamental e entre os anos iniciais e os anos finais deste, bem como sobre a avaliação como momento de aprendizagem. Em seguida, o documento traz as etapas Educação Infantil e Ensino Fundamental com as discussões pertinentes a cada uma e seus organizadores curriculares, os quais correspondem à estrutura dos conhecimentos que respaldam o trabalho pedagógico.

No Ensino Fundamental são apresentados os organizadores curriculares que discorrem sobre os direitos de aprendizagem na introdução de cada componente curricular, seguidos de quadros com as unidades temáticas, os objetos de conhecimento e os objetivos de aprendizagem, por ano de escolaridade. Embora todos os componentes curriculares da BNCC sejam disciplinas, o termo é usado pelo MEC em função de que, além dos obrigatórios, as instituições e redes podem incluir em suas propostas pedagógicas componentes que tragam elementos de várias disciplinas ou tenham outras especificidades.

Este documento evidencia a trajetória curricular do Paraná, marcada por importantes discussões coletivas que refletem os avanços educacionais em diferentes períodos históricos e que precisam ser considerados na elaboração do currículo da escola. Aponta princípios fundamentais que orientam e dão suporte ao trabalho pedagógico no âmbito da formação integral, com vistas à interação crítica e responsável do estudante na vida em sociedade.

COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS DE ENSINO RELIGIOSO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

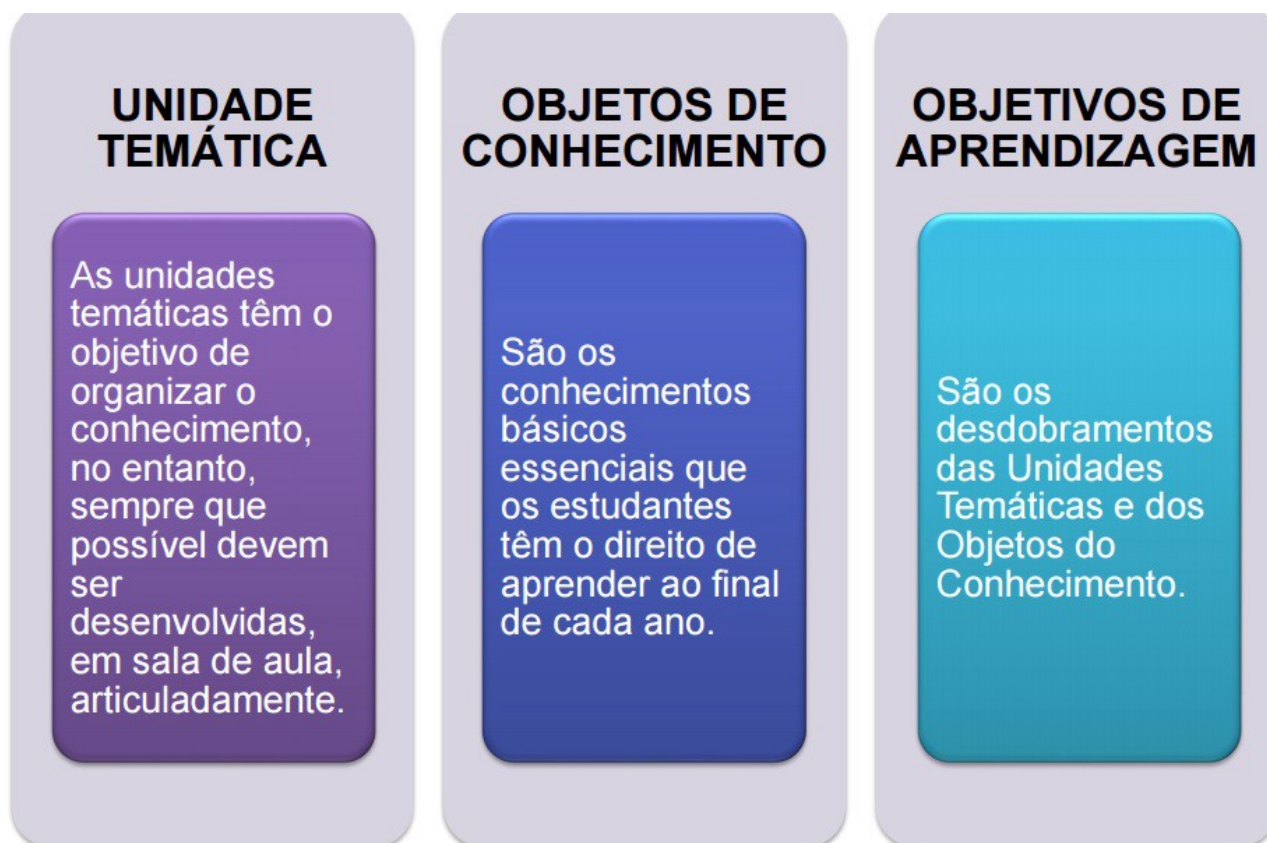
1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/movimentos religiosos e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.
3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.
4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.
5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.

6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz.

No Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações são apresentados os Direitos e Objetivos de Aprendizagem que deverão ser considerados na elaboração dos documentos das escolas no que diz respeito à disciplina de Ensino Religioso.

A partir das proposições feitas na BNCC, houve definições quanto: • à apresentação das Unidades Temáticas; • à concisão, à ampliação ou à junção de Objetos de Conhecimento e dos Objetivos de Aprendizagem; • ao detalhamento com relação à finalidade desses na aprendizagem dos estudantes, detalhadas abaixo:

OBJETOS DE CONHECIMENTO



Texto introdutório do Ensino Religioso que devem ser considerados;

- Legislações obrigatórias;
- Imparcialidade ideológica dos professores no que diz respeito as diferentes religiões;
- O Ensino Religioso é uma das cinco áreas de conhecimento do Ensino Fundamental de 9 anos e é um componente curricular de oferta obrigatória nas escolas da Rede Pública;
- O objeto de estudo da disciplina de Ensino Religioso passa a ser o Conhecimento Religioso;

- As Ciências Humanas e Sociais, bem como a(s) Ciência(s) da(s) Religião(ões) são a referência para a formação adequada dos professores;
- A disciplina de Ensino Religioso visa o acolhimento das identidades culturais, religiosas ou não, na perspectiva da interculturalidade, direitos humanos e cultura da paz;
- Ressalta-se a importância de contemplar as quatro matrizes que formam a religiosidade brasileira: Matriz Indígena, Africana, Ocidental e Oriental.

ORGANIZADOR CURRICULAR DO ENSINO RELIGIOSO.



OBJETOS DE CONHECIMENTO DO ENSINO RELIGIOSO NO ENSINO FUNDAMENTAL, ANOS FINAIS.

O Ensino Religioso no Estado do Paraná, ainda não está contemplado em todos os anos, somente no sexto e sétimo ano. Portanto se faz necessário o Professor quando for elaborar o seu Plano de aula/PTD, deverá contemplar os conteúdos citados abaixo do oitavo e nono ano, adequando de acordo com a realidade de seus educandos e do Estabelecimento de ensino onde ministra as aulas.

6º ANO	7º ANO	8º ANO	9º ANO
1. Tradição escrita; 2. Ensinamentos da tradição escrita e oral; 3. Símbolos, ritos e mitos religiosos; 4. Alimentos sagrados; 5. Lugares, espaços e territórios religiosos	1. Ritos, Místicas e espiritualidades; 2. Lideranças religiosas; 3. Princípios éticos e valores religiosos; 4. Liderança e direitos humanos.	1. Festas Religiosas, crenças, convicções e atitudes; 2. Doutrinas religiosas; 3. Crenças, filosofias de vida e esfera pública; 4. Tradições religiosas, mídias e tecnologias.	1. Imanência e transcendência; 2. Vida e morte; 3. Princípios e valores éticos;

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM

Os Objetos de Conhecimento estão relacionados os objetivos de aprendizagem, com os quais se pretendem apresentar as aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas nos diferentes contextos escolares.

Os critérios de organização dos Objetivos de Aprendizagem expressam um arranjo possível (dentre outros). Portanto, os agrupamentos propostos não devem ser tomados como modelo obrigatório para a definição dos currículos. (BNCC, p. 80-84)

Assim, foi elaborado o Referencial Curricular do Paraná: Princípios, Direitos e Orientações, o qual será válido para todo o Sistema Estadual de Educação Básica do estado, incluindo a Rede Estadual, as Redes Municipais e a Rede Privada de ensino. O Referencial estabelece os princípios, os direitos e objetivos de aprendizagens para a Educação Infantil e Ensino Fundamental

ORIENTAÇÕES PARA LEITURA

a) O que a BNCC determina? O que a BNCC orienta? (p.1)

ORIENTAÇÕES DETERMINAÇÕES DA BNCC

A BNCC é um documento plural, contemporâneo, e estabelece com clareza o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes, crianças, jovens e adultos, têm direito. Com ela, redes de ensino e instituições escolares públicas e particulares passam a ter uma referência nacional obrigatória para a elaboração ou adequação de seus currículos e propostas pedagógicas.

Essa referência é o ponto ao qual se quer chegar em cada etapa da Educação Básica, enquanto os currículos traçam o caminho até lá.

A BNCC expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno de todos os estudantes, com respeito às diferenças e enfrentamento à discriminação e ao preconceito. Assim, para cada uma das redes de ensino e das instituições escolares, este será um documento valioso tanto para adequar ou construir seus currículos como para reafirmar o compromisso de todos com a redução das desigualdades educacionais no Brasil e a promoção da equidade e da qualidade das aprendizagens dos estudantes brasileiros.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de **aprendizagens essenciais** que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento

normativo se aplica exclusivamente à educação escolar, tal como a define o § 1º do Artigo 1º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996)¹, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN).

b) Como o termo “direitos e objetivos de aprendizagem” são compreendidos no Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/14)? (p. 1);

DIREITOS E OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM, COMPREENDIDOS NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Lei 13,005/13.

- I - erradicação do analfabetismo
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade
- IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
- X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

c) Quais são os princípios orientadores do Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações e o que estes visam garantir? (p. 10-11);

PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO REFERENCIAL CURRICULAR DO PARANÁ

- **Educação como Direito inalienável de todos os cidadãos**, sendo premissa para o exercício pleno dos direitos humanos;
- **Prática fundamentada na realidade dos sujeitos da escola**, compreendendo a sociedade atual e seus processos de relação, além da valorização da experiência extraescolar;
- **Igualdade e Equidade**, no intuito de assegurar os direitos de acesso, inclusão, permanência com qualidade no processo de ensino-aprendizagem, bem como superar as desigualdades existentes no âmbito escolar;
- **Compromisso com a Formação Integral**, entendendo esta como fundamental para o desenvolvimento humano;
- **Valorização da Diversidade** compreendendo o estudante em sua singularidade e pluralidade;
- **Educação Inclusiva** identificando as necessidades dos estudantes, organizando recursos de acessibilidade e realizando atividades pedagógicas que promovam o acesso do estudante ao currículo;
- **Transição entre as etapas e fases da Educação Básica**, respeitando as fases do desenvolvimento dos estudantes;
- **A resignificação dos Tempos e Espaços da Escola**, no intuito de reorganizar o trabalho educativo;
- E a Avaliação dentro de uma perspectiva formativa.

d) O processo de transição dos anos iniciais para os anos finais está contemplado? Cita como o ingresso numa instituição de ensino deve ser organizado? (p. 24); cita que é necessário trabalho conjunto dos professores que atuam nas 2 fases (1º ao 5º e 6º ao 9º ano) do Ensino Fundamental? (p. 24 – 25); cita estratégias que serão utilizadas para minimizar a ruptura entre o 5º e 6º ano, bem como do 9º ano para a 1ª série do Ensino Médio? (OBS: no referencial não apresenta estratégias, apenas que é necessário prever essas estratégias, no entanto, o item 3.2.4 da Orientação 17/2019 – DEDUC/SEED ressalta que é necessário “prever um plano de transiçãodo 5º ano para o 6º ano e do 9º ano para o Ensino Médio”. Portanto, cabe aos professores, subsidiados pela equipe pedagógica, refletir e definir ações para compor esse plano. Sugerimos que apenas discutam e registrem quais ações poderão ser desenvolvidas, mas aguardem orientações da mantenedora para elaborar o plano. Para colaborar com essa tarefa, sugerimos a leitura do material disponível em:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/ens_fun_transicao_5ano_6ano.pdf);

Processo de transição dos anos iniciais para os anos finais

A transição do estudante do 5.º para o 6.º ano traz muitos sentimentos e um deles muito visível a nossos olhos, o medo. Acreditamos ser natural este sentimento, diante de uma lista considerável de desafios, quando comparados aos anos anteriores.

O que não podemos perder de vista é que essa transição coincide com outras transformações pelas quais os meninos e meninas desta faixa etária (mais ou menos dos 10 aos 11 anos) estão vivendo, o que explica muito de seus comportamentos mais evidentes.

Quando conversamos com os pais/responsáveis e estudantes que ingressarão no 6.º ano, são apontadas algumas mudanças que geram preocupação e ansiedade, como o novo ambiente exige-se uma maior organização, mais rapidez para cumprir os horários, maior autonomia, vários professores e mais responsabilidade.

Diante desses apontamentos, o desafio da escola é encontrar maneiras de atenuar essas dificuldades, auxiliando na adaptação, para fazer a mudança inevitável e necessária. Para cada desafio apresentado pelo(a) estudante ou pelos pais, a escola pode ajudar com algumas ações que possam contribuir para que tenham uma transição suave em relação a tempos, espaços, professores, materiais, novos agrupamentos e avaliações.

Para cada desafio apresentado pelo(a) estudante ou pelos pais, a escola pode ajudar com algumas ações que possam contribuir para que tenham uma transição suave em relação a tempos, espaços, professores, materiais, novos agrupamentos e avaliações.

Ações da escola de acompanhamento da transição do estudante para o 6.º ano: -
Veja o Quadro abaixo.

PONTOS-CHAVE	RESPONSABILIDADE DA ESCOLA
Insegurança dos pais com a mudança de etapa.	<ul style="list-style-type: none"> - Convidar os pais/responsáveis dos(as) estudantes do 6.º ano para uma reunião, a fim de que conheçam os professores e recebam orientações sobre a nova rotina. - Apresentar aos pais/responsáveis as mudanças que os filhos terão no plano físico, afetivo e social e firmar uma parceria entre pais/responsáveis e a escola.
Novo ambiente – conhecer todos os espaços da escola.	<ul style="list-style-type: none"> - Mostrar as salas de aula, os laboratórios e outros espaços comuns, com antecipação. Fazer isso mais de uma vez para avançar na ambientação.
Dúvidas quanto à organização das aulas das diferentes disciplinas da grade curricular e do sistema de avaliação.	<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar os futuros professores e deixar que expliquem sobre seu componente curricular e as formas de avaliação. - Preparar dinâmicas entre estudantes iniciantes, no 6.º ano, com os colegas que já cursam o 7.º ano. - Aulas geminadas (os estudantes que chegam, no 6.º ano, estão acostumados com um tempo maior para desenvolver suas atividades).
Organização do material didático, considerando as especificidades dos componentes curriculares	<ul style="list-style-type: none"> - Orientar quanto ao uso do horário de aulas e da agenda individual no 5.º ano. - Reforçar essa explicação no 6.º ano. - Adotar uma agenda coletiva (cartaz ou <i>blog</i>).
Organização do espaço e tempo para estudos e realização de trabalhos.	<ul style="list-style-type: none"> - institucionalizar o uso da agenda individual (caderneta). - não solicitar muitas tarefas para o mesmo dia. - organizar, com os pais/responsáveis e estudantes, um horário para estudos.
Espaços de comunicação e o papel de cada profissional da escola.	<ul style="list-style-type: none"> - Elegger um aluno representante da classe. - Escolher um professor referência para a turma. - Incentivar o diálogo dos estudantes com professores, pedagogos e direção.
Avaliação da aprendizagem nos diferentes componentes curriculares.	<ul style="list-style-type: none"> - Efetivar avaliação diagnóstica de tal forma que possibilite um maior conhecimento sobre o(a) estudante e a adequação das propostas de ensino às necessidades de aprendizagem da turma. - Orientar os professores para que agendem somente uma prova por dia durante o primeiro semestre. - Discutir o desempenho escolar dos estudantes dos 6.ºs anos com todos os professores em reuniões (hora-atividade/permanência, reuniões pedagógicas, conselho de classe). - Incentivar a troca de ideias sobre estratégias de ensino entre professores. - Encaminhar para sala de apoio à aprendizagem/apoio pedagógico, quando necessário.

Se quiser melhorar, sugerimos que faça a leitura do documento abaixo, clique no link

Sugestão de leitura:

http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/ens_fun_transicao_5ano_6ano.pdf

PONTOS-CHAVE	RESPONSABILIDADE DA ESCOLA
Relações sociais e afetivas próprias da adolescência e o impacto destas na aprendizagem.	<ul style="list-style-type: none"> - Orientar a escola quanto às questões relativas ao processo de ensino-aprendizagem. - Formular mecanismos que possibilitem que o estudante compreenda a importância dos estudos e a sua responsabilidade nesse processo. - Estabelecer parceria com a família para o acompanhamento da aprendizagem.
Documentação e acolhimento do(a) estudante.	<ul style="list-style-type: none"> - Organizar e enviar ao núcleo regional da educação a documentação referente aos atendimentos educacionais do(a) estudante. - Organizar a documentação referente aos atendimentos educacionais especializados dos(as) estudantes público-alvo da educação especial: Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional – ADP, laudo médico, relatório de atendimento, plano de apoio pedagógico individualizado e parecer pedagógico da escola. Em seguida, enviar ao núcleo regional da educação de referência do município. - Instrumentalizar o secretário escolar quanto ao registro correto, no SERE, do diagnóstico do estudante, para dar continuidade ao atendimento educacional especializado e a apresentação do trabalho pedagógico, que é realizado no 5.º ano nas escolas do município, para subsidiar o atendimento no AEE.

e) A resignificação dos tempos e espaços da escola está contemplada? Cita que é necessária a mudança face às exigências da contemporaneidade? (p. 26); cita quais serão as mudanças em relação a esses aspectos? *(Na p. 27, último parágrafo deste item, tem alguns exemplos, no entanto, os professores podem e devem, subsidiados pela equipe pedagógica, definir outras formas de organizar os tempos e espaços educativos, tendo em vista o desenvolvimento dos 10 Direitos de aprendizagem Gerais da Educação Básica contidos no Referencial Curricular do Paraná);*

A RESSIGNIFICAÇÃO DOS TEMPOS E ESPAÇOS NA ESCOLA

Os conceitos de tempo e espaço remontam as construções sociais e históricas da atividade humana. Esses conceitos são absorvidos na cultura escolar e reproduzidos na organização das escolas.

No Brasil, a educação escolar foi iniciada pelos jesuítas com base em disciplina severa e rígida. Conforme descreve Azevedo (1976), a educação jesuítica do período colonial orientava-se para a uniformidade intelectual, com ensino dogmático e abstrato, não apresentava plasticidade para se ajustar às necessidades novas, os métodos eram

autoritários e a rotina conservadora e controlada. Segundo o autor, essa forma de educação atendeu a sua época deixando fortes traços no processo educacional brasileiro.

A organização do tempo escolar atual tem como matriz regulatória a LDB 9.394/1996 que determina, em seu artigo 24, item I “a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver”.

Essa mesma legislação traz os conceitos de pluralidade de concepções pedagógicas, gestão democrática e autonomia de organização curricular, orientando a elaboração e implementação de novas propostas curriculares para as redes de ensino. Abre, portanto, novas possibilidades para a organização do currículo, a partir da reflexão e desconstrução de conceitos historicamente interiorizados.

Ressignificar o tempo e o espaço na escola nos remetem a considerar outras concepções, que avancem para além de uma organização rígida, que considera apenas o controle de classes, séries, disciplinas, calendário e relógio.

Para que a aprendizagem ocorra de forma significativa, há necessidade de mudanças na organização curricular e na prática pedagógica, que não se materializam apenas no espaço da sala de aula, e muito menos no tempo linear determinado para cada disciplina. É necessário avançar para além da compreensão desse espaço e tempo definidos por currículos predeterminados

Partindo da organização do tempo e espaços disponíveis, cabe à escola repensar democraticamente e propor alternativas metodológicas, valorizando as experiências de professores e estudantes, que promovam a contextualização e a interdisciplinaridade, rompendo com a rigidez e fragmentação historicamente constituídas . **PROFESSOR VER COM A EQUIPE PEDAGÓGICA PARA ACRESCENTAR OUTROS TÓPICOS.**

f) Os temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global foram citados? Para determinar quais temas serão trabalhados em cada disciplina, é necessário que os professores verifiquem quais desses temas se articulam aos conteúdos. É necessário também descrever como esses temas serão trabalhados, ou seja, articulados aos conteúdos específicos (p. 7 e 8 do Referencial apresenta quais serão os temas).

TEMAS CONTEMPORÂNEIOS

Cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora.

Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/1990), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/1997), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/2012), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/2009), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/2003), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/2012), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008, Parecer CNE/CP nº 3/2004 e Resolução CNE/CP nº 1/2004), bem como saúde, vida familiar e social, educação para o consumo, educação financeira e fiscal, trabalho, ciência e tecnologia e diversidade cultural (Parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Resolução CNE/CEB nº 7/2010). Na BNCC, essas temáticas são contempladas em habilidades dos componentes **curriculares, cabendo aos sistemas de ensino e escolas, de acordo com suas especificidades, tratá-las** de forma contextualizada. (BRASIL, 2017, p. 19 - 20).

Entende-se, portanto, que todas essas especificidades, bem como as orientações e adaptações curriculares cabíveis às diferentes modalidades de ensino da Educação Básica, tais como a Educação do Campo, da Educação Escolar Indígena, Educação Profissional, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial e Educação Escolar Quilombola, deverão fazer parte dos documentos orientadores das redes a fim de que, durante o processo de revisão e reorganização dos currículos, os estudantes tenham seus direitos e necessidades específicas atendidos. Dessa forma, a escola estará vinculando seu cotidiano, seu currículo, sua prática escolar com aquilo que é próprio de cada modalidade, respeitando as bases culturais e o modo de vida dos sujeitos .

1. Forma de organização do conhecimento no currículo

A forma de organização do conhecimento na BNCC e no Referencial Curricular do Paraná, estão embasadas e fundamentadas em dez tópicos, abaixo mencionados.

1.1. Direitos de Aprendizagem Gerais da Educação Básica

A BNCC apresenta as Competências Gerais, entendidas conforme Parecer nº 15/2017 da CNE/CP, como **Direitos de Aprendizagem**

- 1. CONHECIMENTO:** Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
- 2. PENSAMENTO CIENTÍFICO, CRÍTICO E CRIATIVO:** Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar

e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. **REPERTÓRIO CULTURAL:** Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. **COMUNICAÇÃO:** Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. **CULTURA DIGITAL:** Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. **TRABALHO E PROJETO DE VIDA:** Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. **ARGUMENTAÇÃO:** Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. **AUTOCONHECIMENTO E AUTOCUIDADO:** Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. **EMPATIA E COOPERAÇÃO:** Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. **RESPONSABILIDADE E CIDADANIA:** Agir pessoal e coletivamente com autonomia, **responsabilidade**, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Abaixo o FLUXOGRAMA DAS DEZ COMPETÊNCIAS DA BNCC.



2. Texto Introdutório da disciplina- (pequena resenha - fundamentação teórica) de acordo com o Referencial Curricular do Paraná (PARANÁ, 2018)

Ensino Religioso (p. 397): oferta obrigatória e matrícula facultativa

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA DA DISCIPLINA DE ENSINO RELIGIOSO

O Estado do Paraná tem sido referência para todo o Brasil pelo trabalho desenvolvido em prol da disciplina de Ensino Religioso. Com o intuito de contemplar o disposto no Art. 33 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB/96, o qual determina que a disciplina deve fomentar “o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil vedadas quaisquer formas de proselitismo”, é imprescindível uma imparcialidade ideológica dos professores, não direcionando os estudantes a uma determinada corrente de pensamento, seja ela religiosa ou não.

A disciplina de Ensino Religioso está presente nos currículos escolares no Brasil, assumindo diferentes formatos de acordo com os períodos históricos e a legislação vigente. A primeira forma de inclusão dos temas religiosos na educação brasileira, que se perpetuou até a Constituição da República em 1891, pode ser identificada nas atividades de evangelização promovidas pela Companhia de Jesus, de confissão católica, conforme o documento nominado de *Ratio Studiorum*. Com o advento da República e do ideal positivista de separação entre Estado e Igreja, todas as instituições e assuntos de ordem pública buscaram se reestruturar de acordo com o critério de laicidade interpretada no sentido de neutralidade religiosa. Em 1934, a disciplina de Ensino Religioso passa a ser contemplada nos currículos da educação pública, salvaguardando o direito individual de liberdade de credo. Dessa forma, o artigo da Constituição da Era Vargas que tratava do Ensino Religioso trazia a seguinte redação:

“O ensino religioso será de frequência facultativa e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais” (BRASIL, 1934, art. 153).

Dessa forma, a Constituição de 1934, assim como as que vieram na sequência, pretendiam responder à questão da laicidade do Estado com o acréscimo e manutenção do caráter facultativo da disciplina, uma vez que, legalmente garantido o direito de não participar do Ensino Religioso, a liberdade de credo do cidadão estaria igualmente garantida. A concepção religiosa desse período era, portanto, restritiva e abordava unicamente a doutrina cristã. Somente na Constituição de 1988 em seu Art. 210 - §.1º, o teor do texto ficou mais sucinto no que diz respeito a laicidade quando afirma: “O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental

Apesar do que acontecia no Brasil até a década de 1980, mundialmente os impulsos contrários à perspectiva confessional de ensino se tornavam cada vez mais fortes. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em 1948, afirmava em seu 18º artigo o seguinte: “Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância isolada ou coletivamente, em público ou em particular “.

A possibilidade de um Ensino Religioso aconfessional, coerente com um Estado Laico²⁴ só se concretizou legalmente na redação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 e sua respectiva correção, em 1997, pela Lei 9.475/97. De acordo com o artigo 33 da LDBEN, o Ensino Religioso recebeu a seguinte caracterização:

Art. 33 – O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas de Educação Básica assegurado o respeito à diversidade religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.

§ 1º – Os sistemas de ensino regulamentarão os procedimentos para a definição dos conteúdos do Ensino Religioso e estabelecerão as normas para a habilitação e admissão de professores.

§ 2º – Os sistemas de ensino ouvirão entidade civil, constituída pelas diferentes denominações religiosas, para a definição dos conteúdos do ensino religioso

Para viabilizar a proposta de Ensino Religioso no Paraná, a Associação Inter Religiosa de Curitiba (Assintec), formada por um grupo de representantes das diversas organizações religiosas que formam a sociedade civil organizada, atua desde 1973 em conjunto com Estados e Municípios na elaboração de material pedagógico e cursos de formação continuada. Nesse sentido, considerando o processo histórico vivenciado pelo Estado do Paraná, a construção dos documentos orientadores estaduais para a Educação Básica, as Diretrizes Curriculares Nacionais e a homologação da Base Nacional Comum Curricular - BNCC para o Ensino Fundamental, que define as Competências Gerais e Específicas para a Área de Ensino Religioso, é que se elabora este **Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações**. É importante destacar que o documento em questão foi desenvolvido pelos técnicos pedagógicos da equipe de Currículo da Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED), em um trabalho conjunto com a equipe pedagógica da Associação Inter Religiosa de Educação e Cultura (ASSINTEC) e com a equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Curitiba (SME), representando a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME).

É importante salientar que o objeto de estudo do Componente Curricular Ensino Religioso tem variado ao longo de sua história. Contudo, no atual contexto da rede pública estadual, **O Sagrado** está definido como objeto de estudo, dessa forma possibilita o estudo da manifestação da diversidade religiosa e cultural concebido como a forma da religiosidade se manifestar e poder ser estudada. Na BNCC foi adotado o conceito de **Conhecimento Religioso** como objeto de estudo da área de Ensino Religioso, o qual é produzido no âmbito das diferentes áreas do conhecimento científico das Ciências Humanas e Sociais, principalmente nas Ciência(s) da(s) Religião(ões), visto que essas Ciências investigam e analisam as manifestações dos fenômenos religiosos em diferentes culturas e sociedades.

Entende-se como manifestações do fenômeno religioso: as cosmovisões, linguagens, saberes, crenças, temporalidade sagrada, festas religiosas, mitologias, narrativas, textos, símbolos, ritos, doutrinas, tradições/organizações, práticas e princípios éticos e morais. Os fenômenos religiosos em suas múltiplas manifestações são parte integrante do substrato cultural da humanidade (BRASIL, 2017, pg. 434).

O desenvolvimento e a organização do Referencial Curricular do Paraná foram elaborados em consonância com as Competências Gerais da BNCC. Para tanto, o Ensino Religioso deve atender os seguintes objetivos

a. Proporcionar a aprendizagem dos conhecimentos religiosos, culturais e estéticos, a partir das manifestações religiosas percebidas na realidade dos educandos sempre contemplando as 4 matrizes religiosas que forma a religiosidade brasileira (Indígena, Afro, Ocidental e Oriental);

b. Propiciar conhecimentos sobre o direito à liberdade de consciência e de crença tanto individuais e coletivas, com o propósito de promover o conhecimento e a efetivação do que está prescrito na Declaração Universal dos Direitos Humanos;

c. Desenvolver competências e habilidades que contribuam para o diálogo entre perspectivas religiosas e seculares diferentes de vida, exercitando o respeito à liberdade de concepções e o pluralismo de ideias, de acordo com a Constituição Federal;

d. Contribuir para que os educandos construam seus sentidos pessoais de vida a partir de valores, princípios éticos e da cidadania. (BRASIL, 2017, pg. 434).

Nesse sentido, as Competências Específicas apontadas para o Ensino Religioso na BNCC e, por consequência, presentes no Referencial Curricular do Paraná, efetivam o prescrito na LDB/96/97 e são propositivas ao indicar a importância de:

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/organizações religiosas e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.
3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.
4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.
5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.
6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz. (BNCC, BRASIL. 2017, pg. 435).

As Unidades Temáticas que compõem a BNCC e, portanto, constam no Referencial Curricular do Paraná são: Identidades e alteridades; Manifestações religiosas; Crenças Religiosas e Filosofias de Vida. A partir dessas Unidades Temáticas, foram estabelecidos na BNCC, os objetos de conhecimento para cada ano, que são: práticas espirituais ou

ritualísticas, espaços e territórios sagrados, mitos, crenças, narrativas, oralidade, tradições orais e textos escritos, doutrinas, ideias de imortalidade (ancestralidade, reencarnação, ressurreição, transmigração, entre outras), códigos éticos e filosofias de vida. Sendo assim, os critérios de organização das habilidades na BNCC (com a explicitação dos objetos de conhecimento aos quais se relacionam e do agrupamento desses objetos em Unidades Temáticas) expressam um arranjo possível, dentre muitos outros, para a realidade de cada Estado e Município da Federação.

Ao considerar as especificidades da disciplina, ressalta-se que os encaminhamentos metodológicos devem primar pela garantia dos direitos de aprendizagem e estar em consonância com a legislação vigente. Ademais, a avaliação deve ser concebida sob uma perspectiva formativa com a finalidade de acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem. Ressalta-se que, para o desenvolvimento do encaminhamento pedagógico em sala de aula, os professores contemplem as quatro matrizes que formam a religiosidade brasileira: Matriz Indígena, Matriz Africana, Matriz Ocidental e Matriz Oriental. O estudo destas matrizes tem por objetivo fortalecer o exercício da cidadania, o fomento ao conhecimento, além de ampliar os horizontes dos estudantes em relação à diversidade religiosa. O diálogo inter-religioso é uma possibilidade de superação do grande desafio da humanidade: vivermos juntos em paz com respeito e alteridade.

2.1. Direitos Específicos de Aprendizagem de Ensino Religioso para o Ensino Fundamental (PARANÁ, 2018)

Ensino Religioso (p. 400): 6 Direitos

2.1 DIREITOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM NO ENSINO RELIGIOSO

As Competências Específicas apontadas para o Ensino Religioso na BNCC e, por consequência, presentes no Referencial Curricular do Paraná, efetivam o prescrito na LDB/96/97 e são propositivas ao indicar a importância de:

1. Conhecer os aspectos estruturantes das diferentes tradições/organizações religiosas e filosofias de vida, a partir de pressupostos científicos, filosóficos, estéticos e éticos.
2. Compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas e filosofias de vida, suas experiências e saberes, em diferentes tempos, espaços e territórios.
3. Reconhecer e cuidar de si, do outro, da coletividade e da natureza, enquanto expressão de valor da vida.
4. Conviver com a diversidade de crenças, pensamentos, convicções, modos de ser e viver.
5. Analisar as relações entre as tradições religiosas e os campos da cultura, da política, da economia, da saúde, da ciência, da tecnologia e do meio ambiente.

6. Debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância, discriminação e violência de cunho religioso, de modo a assegurar os direitos humanos no constante exercício da cidadania e da cultura de paz. (BNCC, BRASIL. 2017, pg. 435).

Dessa forma, as Competências Gerais e Específicas propostas para o Ensino Religioso foram contempladas e tratadas no âmbito dos **Direitos e Objetivos de aprendizagem**. Por conseguinte, as **Unidades Temáticas** correlacionam-se entre si e recebem ênfases diferentes, de acordo com cada ano de escolarização. Os **Objetos de Conhecimento** são os conhecimentos básicos essenciais que os estudantes têm direito de aprender e que são desdobrados em **Objetivos de Aprendizagem**.

3. Organizador Curricular (6º ao 9º Ano – Ensino Fundamental Anos Finais)

O organizador curricular consiste na organização progressiva dos conhecimentos dos componentes curriculares e os objetivos de aprendizagem por ano do Ensino Fundamental (p. 220 explica como os conteúdos são organizados no Referencial do Paraná).

OBS: Está em finalização um documento com definição de conteúdos das disciplinas, a partir dos Objetivos de Aprendizagem do Referencial e com uma divisão por bimestres/trimestres. Além de algumas adequações, há o trabalho de diagramação que está sendo realizado. É preciso considerar que os conteúdos específicos deve ser definição/trabalho do professor, no PTD, a partir do contexto específico da instituição de ensino e das definições anteriores.

3. Organizador Curricular (6º ao 9º Ano – Ensino Fundamental Anos Finais) - CONTEÚDOS ESPECÍFICOS.

Considerando tais aspectos do processo de ensino-aprendizagem no Ensino Fundamental, a BNCC, apresenta os direitos de aprendizagem comuns a todos os estudantes, como forma de buscar garantir a equidade no processo de escolarização e permitindo melhores condições para o desenvolvimento de capacidades estéticas, sensíveis, criativas, artísticas, culturais e outras, para o ser humano compreender e agir no mundo .

Ressalta-se que os direitos, os princípios e as orientações afirmadas na introdução geral do Referencial Curricular do Paraná, perpassam todas as produções. Quanto ao quadro **Organizador Curricular**, procurou-se ampliar o proposto na BNCC, atendendo às especificidades de cada componente curricular.

Dessa forma, apresenta-se a organização progressiva dos conhecimentos dos componentes curriculares e os objetivos de aprendizagem por ano do Ensino Fundamental a fim de auxiliar professores e equipes pedagógicas em suas práticas educativas.

6º Ano – Ensino Religioso

Unidade Temática	Objetos de Conhec. (conteúdo)	Objetivos de Aprendizagem (habilidades)	Conteúdo(s)	Trimestre
<p>Crenças religiosas e filosofias de vida (contemplando as quatro matrizes: Indígenas, Africana, Ocidental e Oriental.</p>	<p>Tradição escrita: registro dos ensinamentos sagrados nos textos orais e escritos.</p>	<p>1. Identificar a diversidade de textos sagrados, como livros, pinturas, imagens, vitrais, esculturas, quadros, construções arquitetônicas, ou seja, diversas formas de linguagens orais e escritas, verbais e não verbais.</p> <p>2. (EF06ER01) Reconhecer o papel da tradição escrita e oral na preservação de memórias, acontecimentos e ensinamentos (EF06ER02)</p> <p>3. Reconhecer e valorizar a diversidade de textos religiosos escritos e orais (textos do Budismo, Cristianismo, Espiritismo, Hinduísmo, Islamismo, Judaísmo, Indígenas e Africanos).</p>	<p>Textos Sagrados, orais e escritos nas diferentes religiões, contemplando as quatro matrizes: Indígena, Africanas, Ocidentais e Orientais.</p>	<p>1º Trimestre</p>
	<p>Ensinamentos da tradição escrita e oral.</p>	<p>1. (EF06ER03) Reconhecer, em textos escritos e transmissão oral, ensinamentos relacionados a modos de ser e viver, compreendendo que os conhecimentos religiosos podem ser transmitidos de geração a geração.</p> <p>2. (EF06ER04) Reconhecer que os textos escritos e orais são utilizados pelas organizações religiosas de maneiras diversas, principalmente para registrar os costumes e o código moral das organizações religiosas e orientar suas práticas.</p> <p>3. (EF06ER05) Discutir como o estudo e a interpretação dos textos religiosos influenciam os adeptos a vivenciarem os ensinamentos das organizações religiosas.</p>		

6º Ano – Ensino Religioso

Unidade Temática	Objetos de Conhec. (conteúdo)	Objetivos de Aprendizagem (habilidades)	Conteúdo(s)	Trimestre
<p>Crenças religiosas e filosofias de vida (contemplando as quatro matrizes: Indígenas, Africana, Ocidental e Oriental.</p>	<p>Símbolos, ritos e mitos religiosos.</p>	<p>1.(EF06ER06) Reconhecer o significado e a importância dos mitos, ritos, símbolos e textos na estruturação das diferentes crenças e tradições;</p> <p>2. (EF06ER07) Exemplificar a relação entre mito, rito e símbolo nas práticas celebrativas de diferentes organizações religiosas;</p> <p>3. Compreender no universo simbólico religioso e nas diversas cosmogonias que o símbolo sagrado constitui uma linguagem de aproximação e/ou união entre o ser humano e o Sagrado</p>	<p>Diferentes formas de expressões e manifestações ritualísticas nas organizações religiosas.</p>	<p>2º Trimestre</p>
	<p>Alimentos Sagrados</p>	<p>1. Identificar alimentos considerados sagrados por diferentes culturas, tradições e expressões religiosas.</p> <p>2. Conhecer os diferentes significados atribuídos a alimentos considerados sagrados nas diversas manifestações e organizações religiosas.</p>	<p>Os alimentos sagrados e seu simbolismo dentro das organizações religiosas.</p>	<p>2º Trimestre</p>
	<p>Lugares, Espaços e territórios religiosos.</p>	<p>1. Caracterizar os espaços e territórios religiosos como locais de realização das práticas celebrativas, compreendendo o significado de lugar sagrado nas diversas organizações religiosas.</p> <p>2. Identificar e respeitar os diferentes espaços e territórios religiosos das diversas tradições do estado do Paraná.</p> <p>3. Conhecer as características</p>	<p>Os diferentes lugares sagrados paranaenses (contemplando as quatro matrizes: Indígenas, Africanas, Ocidentais e Orientais).</p>	

		<p>arquitetônicas, estéticas e simbólicas dos lugares sagrados no território Paranaense.</p> <p>3. Desenvolver atitudes de respeito aos diferentes lugares sagrados e as práticas religiosas desenvolvidas nestes locais, mostrando como é relevante o papel que eles exercem na sociedade.</p>		3º Trimestre
Manifestações religiosas (contemplando as quatro matrizes: Indígena, Ocidental, Africana e Oriental).	Ritos, místicas e espiritualidades.	<p>1. Conhecer os rituais sagrados nas Organizações religiosas, compreendendo que os ritos são a expressão, o encontro ou reencontro com o Sagrado;</p> <p>2. (EF07ER01) Reconhecer e respeitar as práticas de comunicação com as divindades em distintas manifestações e organizações religiosas, como os ritos de passagem, purificação, mortuário, entre outros.</p> <p>3. (EF07ER02) Identificar práticas de espiritualidade utilizadas pelas pessoas em determinadas situações (acidentes, doenças, fenômenos climáticos, anseios pessoais e familiares).</p>	<p>Diferentes formas de expressões e manifestações ritualísticas nas organizações reli.</p>	4º Trimestre
	Lideranças Religiosas	<p>1. (EF07ER03) Reconhecer os papéis atribuídos às lideranças, destacando a importância do papel feminino dentro das diferentes organizações religiosas.</p> <p>2.(EF07ER04) Exemplificar líderes religiosos que se destacaram por suas contribuições à sociedade. Em especial as lideranças femininas.</p> <p>3.(EF07ER05) Discutir estratégias que promovam a convivência ética e respeitosa entre as religiões.</p>	<p>As lideranças religiosas nas diferentes organizações (contemplando as 4 matrizes: Indígenas, Africana, Ocidental e Oriental.</p>	

7º Ano – Ensino Religioso

Unidade Temática	Objetos de Conhec. (conteúdo)	Objetivos de Aprendizagem (habilidades)	Conteúdo(s)	Trimestre
<p>Crenças religiosas e filosofias de vida (contemplando as quatro matrizes: Indígenas, Africana, Ocidental e Oriental.</p>	<p>Festas Religiosas, crenças, convicções e atitudes</p>	<p>(EF08ER01) Discutir como as crenças e convicções podem influenciar escolhas e atitudes pessoais e coletivas.</p>	<p>Diferentes formas de expressões e manifestações ritualísticas nas organizações religiosas</p>	<p>1º Trimestre</p>
		<p>(EF08ER02) Analisar filosofias de vida, festas, rituais, manifestações e organizações religiosas destacando seus princípios éticos e sua importância na sociedade.</p>		
		<p>Identificar as festas religiosas como elemento de confraternização e fortalecimento da identidade cultural na sociedade, destacando as festas religiosas dentro do estado paranaense.</p>		
			<p>Compreender a importância da temporalidade sagrada, a questão do reviver e rememorar dentro dos ritos, dos mitos e das festas religiosas nas diversas organizações religiosas.</p>	
	<p>Doutrinas religiosas</p>	<p>(EF08ER03) Analisar doutrinas das diferentes organizações religiosas e suas concepções de mundo, vida e morte.</p>	<p>Filosofias de vida e as diversas formas de entender a vida e a morte para as organizações religiosas (contemplando as quatro matrizes: Indígena, Africana, Ocidental e Oriental).</p>	
<p>Conhecer a existência dos diferentes calendários nas organizações religiosas e entender a sua importância</p>		<p>Temporalidade sagrada e os calendários religiosos.</p>		

		existência dos diferentes calendários nas organizações religiosas e entender a sua importância na temporalidade sagrada. na temporalidade sagrada.		
Crenças, filosofias de vida e esfera pública.	(EF08ER04) Discutir como filosofias de vida, tradições e instituições religiosas podem influenciar diferentes campos da esfera pública (política, saúde, educação, economia).	Ética e Moral pela visão das diferentes filosofias de vida existentes na sociedade.	2º Trimestre	
	(EF08ER05) Debater sobre as possibilidades e os limites da interferência das organizações religiosas na esfera pública.			
	(EF08ER06) Analisar práticas, projetos e políticas públicas que contribuem para a promoção da liberdade de pensamento, crenças e convicções.			
Organizações religiosas, mídias e tecnologias.	(EF08ER07) Analisar as formas de uso das mídias e tecnologias pelas diferentes denominações religiosas.	O impacto dos recursos tecnológicos na organização de práticas religiosas.		
Princípios éticos e valores religiosos.	Conhecer os aspectos legais referentes à liberdade religiosa.	Ética e Moral pela visão das diferentes filosofias de vida existentes na sociedade.	3º Trimestre	
	(EF07ER06) Identificar princípios éticos em diferentes organizações religiosas e filosofias de vida, discutindo como podem influenciar condutas pessoais e práticas sociais.			
	Reconhecer como se estruturam as diversas organizações religiosas.	As diferentes organizações religiosas, suas características e especificidades (contemplando as quatro		

			matrizes: Indígena, Africana, Ocidental e Oriental).	
	Liderança e direitos humanos	(EF07ER07) Identificar e discutir o papel das lideranças religiosas e seculares na defesa e promoção dos direitos humanos e da liberdade de crença.	As lideranças religiosas nas diferentes organizações (contemplando as quatro matrizes: Indígena, Africana, Ocidental e Oriental.)	3º Trimestre
		(EF07ER08) Reconhecer o direito à liberdade de consciência, crença ou convicção, questionando concepções e práticas sociais que a violam.	Ética e Moral pela visão das diferentes filosofias de vida existentes na sociedade	
	Imanência e transcendência	(EF09ER01) Analisar princípios e orientações para o cuidado da vida e nas diversas organizações religiosas e filosofias de vida.	Mitos de origem e cosmovisões: o sentido da vida para as organizações religiosas (contemplando as quatro matrizes: Indígena, Africana, Ocidental e Oriental).	4º Trimestre
		(EF09ER02) Discutir as diferentes expressões de valorização e de desrespeito à vida, por meio da análise de matérias nas diferentes mídias.		
		Compreender que existem organizações religiosas baseadas na transcendência e outras na imanência.		
	Vida e morte	(EF09ER03) Identificar sentidos do viver e do morrer em diferentes organizações religiosas, através do estudo de mitos fundantes.	Filosofias de vida e as diversas formas de entender a vida e a morte para as organizações religiosas (contemplando as quatro matrizes:	
		(EF09ER04) Identificar concepções de vida e morte em diferentes		

		organizações religiosas e filosofias de vida, por meio da análise de diferentes ritos fúnebres.	Indígena, Africana, Ocidental e Oriental).	
		(EF09ER05) Analisar as diferentes ideias de imortalidade elaboradas pelas organizações religiosas (ancestralidade, reencarnação, transmigração e ressurreição).		
	Princípios e valores éticos.	(EF09ER06) Reconhecer a coexistência como uma atitude ética e moral de respeito à vida e à dignidade humana.	Ética e Moral pela visão das diferentes filosofias de vida existentes na sociedade.	
		(EF09ER07) Identificar princípios éticos (familiares, religiosos e culturais) e morais que possam alicerçar a construção de projetos de vida.		
		(EF09ER08) Construir projetos de vida assentados em princípios e valores éticos.		

COMO ERA ANTES

Ensino Religioso: ENSINO FUNDAMENTAL – 7ª SÉRIE/6º ANO

EIXO CURRICULAR O Sagrado

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS	ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA	AVALIAÇÃO
Paisagem Religiosa	5ª série/6º ano Organizações religiosas	• Os Conteúdos Básicos devem ser tratados sob a ótica dos três Conteúdos Estruturantes;	Espera-se que o aluno:• Estabeleça discussões sobre o Sagrado numa perspectiva laica;
Universo Simbólico Religioso	Lugares Sagrados Textos Sagrados orais ou escritos	• A linguagem utilizada deve ser a científica e não a religiosa, a fim de superar as tradicionais aulas de religião;	• Desenvolva uma cultura de respeito à diversidade religiosa e cultural
Textos Sagrados	Símbolos Religiosos 6ª série/7º ano Temporalidade Sagrada Festas Religiosas Ritos Vida e Morte	• É vedada toda e qualquer forma de proselitismo e doutrinação, entendendo que os conteúdos do Ensino Religioso devem ser trabalhados enquanto conhecimento da diversidade sociopolítico e cultural.	;• Reconheça que o fenômeno religioso é um dado de cultura e de identidade de cada grupo social

COMO IRÁ FICAR AGORA

Ensino Religioso: ENSINO FUNDAMENTAL – 6º ANO e 7º ANO

EIXO CURRICULAR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES – O conhecimento.

ENSINO RELIGIOSO – 6º ANO

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Crenças religiosas e filosofias de vida	Tradição escrita: registro dos ensinamentos sagrados	(EF06ER01) Reconhecer o papel da tradição escrita na preservação de memórias, acontecimentos e ensinamentos religiosos. (EF06ER02) Reconhecer e valorizar a diversidade de textos religiosos escritos (textos do Budismo, Cristianismo, Espiritismo, Hinduísmo, Islamismo, Judaísmo, entre outros).
	Ensinamentos da tradição escrita	(EF06ER03) Reconhecer, em textos escritos, ensinamentos relacionados a modos de ser e viver. (EF06ER04) Reconhecer que os textos escritos são utilizados pelas tradições religiosas de maneiras diversas. (EF06ER05) Discutir como o estudo e a interpretação dos textos religiosos influenciam os adeptos a vivenciarem os ensinamentos das tradições religiosas.
	Símbolos, ritos e mitos religiosos	(EF06ER06) Reconhecer a importância dos mitos, ritos, símbolos e textos na estruturação das diferentes crenças, tradições e movimentos religiosos.

ENSINO RELIGIOSO – 7º ANO

UNIDADES TEMÁTICAS	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Manifestações religiosas	Místicas e espiritualidades	(EF07ER01) Reconhecer e respeitar as práticas de comunicação com as divindades em distintas manifestações e tradições religiosas. (EF07ER02) Identificar práticas de espiritualidade utilizadas pelas pessoas em determinadas situações (acidentes, doenças, fenômenos climáticos).
	Lideranças religiosas	(EF07ER03) Reconhecer os papéis atribuídos às lideranças de diferentes tradições religiosas. (EF07ER04) Exemplificar líderes religiosos que se destacaram por suas contribuições à sociedade. (EF07ER05) Discutir estratégias que promovam a convivência ética e respeitosa entre as religiões.
Crenças religiosas e filosofias de vida	Princípios éticos e valores religiosos	(EF07ER06) Identificar princípios éticos em diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, discutindo como podem influenciar condutas pessoais e práticas sociais.
	Liderança e direitos humanos	(EF07ER07) Identificar e discutir o papel das lideranças religiosas e seculares na defesa e promoção dos direitos humanos. (EF07ER08) Reconhecer o direito à liberdade de consciência, crença ou convicção, questionando concepções e práticas sociais que a violam.

COMO IRÁ FICAR AGORA

Ensino Religioso: ENSINO FUNDAMENTAL – 8º ANO e 9º ANO

EIXO CURRICULAR COMPETÊNCIAS E HABILIDADES – O conhecimento.

ENSINO RELIGIOSO – 8º ANO

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Crenças religiosas e filosofias de vida	Crenças, convicções e atitudes	(EF08ER01) Discutir como as crenças e convicções podem influenciar escolhas e atitudes pessoais e coletivas. (EF08ER02) Analisar filosofias de vida, manifestações e tradições religiosas destacando seus princípios éticos.
	Doutrinas religiosas	(EF08ER03) Analisar doutrinas das diferentes tradições religiosas e suas concepções de mundo, vida e morte.
	Crenças, filosofias de vida e esfera pública	(EF08ER04) Discutir como filosofias de vida, tradições e instituições religiosas podem influenciar diferentes campos da esfera pública (política, saúde, educação, economia). (EF08ER05) Debater sobre as possibilidades e os limites da interferência das tradições religiosas na esfera pública. (EF08ER06) Analisar práticas, projetos e políticas públicas que contribuem para a promoção da liberdade de pensamento, crenças e convicções.
	Tradições religiosas, mídias e tecnologias	(EF08ER07) Analisar as formas de uso das mídias e tecnologias pelas diferentes denominações religiosas.

ENSINO RELIGIOSO – 9º ANO

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
Crenças religiosas e filosofias de vida	Imanência e transcendência	(EF09ER01) Analisar princípios e orientações para o cuidado da vida e nas diversas tradições religiosas e filosofias de vida. (EF09ER02) Discutir as diferentes expressões de valorização e de desrespeito à vida, por meio da análise de matérias nas diferentes mídias.
	Vida e morte	(EF09ER03) Identificar sentidos do viver e do morrer em diferentes tradições religiosas, através do estudo de mitos fundantes. (EF09ER04) Identificar concepções de vida e morte em diferentes tradições religiosas e filosofias de vida, por meio da análise de diferentes ritos fúnebres. (EF09ER05) Analisar as diferentes ideias de imortalidade elaboradas pelas tradições religiosas (ancestralidade, reencarnação, transmigração e ressurreição).
	Princípios e valores éticos	(EF09ER06) Reconhecer a coexistência como uma atitude ética de respeito à vida e à dignidade humana. (EF09ER07) Identificar princípios éticos (familiares, religiosos e culturais) que possam alicerçar a construção de projetos de vida. (EF09ER08) Construir projetos de vida assentados em princípios e valores éticos.

4. Metodologias e Estratégias de Ensino

Descrever como serão desenvolvidos os conteúdos, bem como quais metodologias serão utilizadas: metodologias ativas (aprendizagem baseada em projetos, aprendizagem entre times, sala de aula invertida, gamificação, ensino híbrido, entre outras), aula expositiva, aula dialogada, trabalhos realizados em sala, pesquisas, aulas práticas no laboratório, trabalhos em grupo, seminários, vídeos, slides, mapa conceitual, entre outros. Constar quais estratégias serão utilizadas para os alunos com necessidades especiais.

4. METODOLOGIAS E ESTRATÉGIA DE ENSINO

Ao considerar as especificidades da disciplina, ressalta-se que os encaminhamentos metodológicos devem primar pela garantia dos direitos de aprendizagem e estar em consonância com a legislação vigente. Ademais, a avaliação deve ser concebida sob uma perspectiva formativa com a finalidade de acompanhamento do processo de ensino e aprendizagem. Ressalta-se que, para o desenvolvimento do encaminhamento pedagógico em sala de aula, os professores contemplem as quatro matrizes que formam a religiosidade brasileira: Matriz Indígena, Matriz Africana, Matriz Ocidental e Matriz Oriental. O estudo destas matrizes tem por objetivo fortalecer o exercício da cidadania, o fomento ao conhecimento, além de ampliar os horizontes dos estudantes em relação à diversidade religiosa. O diálogo inter-religioso é uma possibilidade de superação do grande desafio da humanidade: vivermos juntos em paz com respeito e alteridade.

Como exemplo, temos a citação de alguns recursos metodológicos, os quais, a partir deles e de outros, podemos pensar nos encaminhamentos metodológicos, conforme segue: Propõe-se um encaminhamento metodológico baseado na **aula dialogada**, isto é, partir da experiência religiosa do aluno e de seus conhecimentos prévios para, em seguida, apresentar o conteúdo que será trabalhado.

Pelo fato de trabalharmos as quatro matrizes religiosas (indígena, Africana, ocidental e Oriental), pode-se propor como encaminhamento metodológico uma **pesquisa bibliográfica sobre os textos sagrados** dessas diferentes tradições religiosas. A pesquisa poderá ser elaborada com base de textos sagrados.

O professor em suas aulas pode propor também a **leitura de frases de textos sagrados**, poderá ainda **elaborar cartazes, murais, colagens ou outras formas para expor na sala de aula e na escola o resultado de suas aulas**.

Para o desenvolvimento dos conhecimentos a partir dos temas trabalhados, que envolvam os objetos de conhecimento, em uma mesma atividade a ser desenvolvida pelo docente,

os estudantes poderão mobilizar ao mesmo tempo, diversos objetivos de aprendizagem de diferentes unidades temáticas. Assim, é importante a utilização de diversos recursos como: a utilização de jogos, brincadeiras, desenhos, dramatizações, histórias infantis, leitura de imagens, trechos de filmes, cartuns, charges, quadrinhos, entre outros, para o adequado desenvolvimento da aprendizagem. (PARANÁ, 2018, p. 420)

5. Ambientes, espaços e materiais a serem utilizados para implementação da Proposta Pedagógica Curricular

Citar os ambientes, espaços e recursos materiais que serão utilizados anualmente, para o desenvolvimento da PPC nas aulas diárias, bem como nas recuperações de conteúdos.

Constar quais recursos serão utilizados para os alunos com necessidades especiais.

5. Ambientes, espaços e materiais a serem utilizados

O processo de ensino aprendizagem defendido pelo Ensino Religioso visa construção/produção do conhecimento e que, por consequência se caracteriza por uma metodologia de incentivo ao debate da hipótese divergente, da dúvida, do confronto de ideias, de informações discordantes, da pesquisa e também da exposição de conteúdos formalizados. Este processo tem como primícia o educando como sujeito social do conhecimento científico que interage com os conteúdos, tendo o educador como mediador social desse conhecimento.

A forma de apresentação dos conteúdos explicita a intenção de partir de abordagens de manifestações religiosas ou expressões do sagrado das quatro matrizes religiosas, desconhecidas ou pouco conhecidas dos educandos, para posteriormente inserir os conteúdos que tratam de manifestações religiosas mais comuns que já fazem parte do universo cultural da comunidade. Os conteúdos de Ensino Religioso não têm o compromisso de legitimar manifestações do sagrado em detrimento de outras, uma vez que o colégio não é um espaço de doutrinação, evangelização, de expressão de ritos, símbolos, campanhas e celebrações, e sim, laico. Ao adotar uma abordagem pedagógica e não religiosa dos conteúdos o educador estabelecerá uma relação com os conhecimentos que compõem o universo sagrado das manifestações religiosas como construção histórico-social, agregando-se ao patrimônio cultural da humanidade. Não estará, portanto, propondo que se faça juízo desta ou daquela prática religiosa. Partindo da realidade em sala de aula pretendemos:

- Dialogar e interagir com os alunos.
- Discutir em todos os momentos possíveis o sagrado, tanto em aula expositiva, pesquisa, utilização de áudios visuais, música, teatro, leitura.

- Elencar questionamentos sobre espaços de doutrinação, evangelização e expressão de ritos, símbolos, campanhas e celebração que acontecem fora do ambiente escolar.

- Usar linguagem pedagógica para melhor entender o fenômeno religioso.

- Rodas de conversas com dinâmicas diversas que estimulem o compartilhamento de anseios, de problemas e de vivências, promovendo reflexões pessoais.

- Trabalhos e atividades desenvolvidos a partir de aulas expositivas.

- Leituras e pesquisas orientadas.
- Análise, interpretação, discussão e elaboração de textos relacionados a temas atuais.
- Ilustrar as manifestações do sagrado, dos rituais, através de: fantoches, gravuras, objetos, fotos, livros, lâminas, painéis, vídeos educativos e data show.

- Propor diálogos com os pais e envolver estes depoimentos no diálogo em sala de aula.

- A partir de diferentes músicas: ouvir, cantar, refletir e criar paródias.

- Fazer brincadeiras; deixar criar, fantasiar e inventar, tocar as pessoas, conversar sobre possíveis reações durante os jogos e as brincadeiras.

- Fazer releituras das histórias (quem seriam hoje esses personagens?...).

- Realizar atividades ao ar livre, deixando espaço para que o educando (re) crie situações e desenvolva a sensibilidade para ouvir, cheirar, sentir, enfim, para vivenciar.

- Estimular para a realização de pequenas pesquisas na comunidade para fazer uma análise da realidade local e para se ter uma percepção da dimensão e importância do tema;

- Identificar as diferentes religiões existentes na escola e no município.

- Visitar instituições.

- Montar painéis a partir de temas atuais.

6. Sistema de Avaliação dos Estudantes em Ensino Religioso

Para efetivar o processo de avaliação no Ensino Religioso, é necessário estabelecer os instrumentos e definir critérios que explicitem o quanto o aluno se apropriou do conteúdo da disciplina e foi capaz de relacioná-lo com outras disciplinas. A avaliação pode revelar também em que medida a prática pedagógica, fundamentada no pressuposto do respeito à diversidade cultural e religiosa, contribui para a transformação social.

A apropriação de conteúdo trabalhado pode ser observada pelo professor (a) em diferentes situações de ensino e aprendizagem. Eis algumas sugestões que podem ser tomadas como amplos critérios de avaliação no Ensino Religioso:

- o aluno expressa uma relação respeitosa com os colegas de classe quem tem opções religiosas diferentes da sua?
- O aluno aceita as diferenças de credo ou de expressão de fé?
- O aluno reconhece que o fenômeno religioso é um dado de cultura e de identidade de cada grupo social?
- O aluno emprega conceitos adequados para referir-se às diferentes manifestações religiosas?

É necessário destacar os procedimentos avaliadores a serem adotados em Ensino Religioso, uma vez que este componente curricular não segue as mesmas orientações das demais disciplinas, no que se refere a atribuição de notas ou conceitos.

O Ensino Religioso não se constitui como objeto de reprovação, bem como não terá registro de notas ou conceitos na documentação escolar. Mesmo assim a avaliação não deixa de ser um dos elementos integrantes do processo educativo da disciplina.

Cabe ao educador utilizar práticas avaliativas que permitam acompanhar o processo de apropriação do conhecimento pelo educando e pela classe, tendo como parâmetro os conteúdos trabalhados e os seus objetivos.

Serão utilizados instrumentos que auxiliam a registrar o quanto o educando e a classe se apropriaram dos conteúdos propostos e se atingiram os objetivos como: trabalhos em grupos, análises e apresentações de textos e relatos, dinâmicas diversificadas com os educandos apontando indicativos onde possam demonstrar interesse pelos diferentes temas abordados.

A recuperação ocorrerá quando o educador perceber que o educando ou classe encontraram dificuldades de identificar conteúdos referenciais para a compreensão dos conteúdos que foram abordados de acordo com a BNCC e o Referencial Curricular do Paraná.

6.1. Recuperação de Estudos

Conforme Regimento Escolar da instituição de ensino. (VER O REGIMENTO DE SUA ESCOLA). EM ENSINO RELIGIOSO NÃO É OBRIGADO A CONSTAR O PRESENTE ITEM, MAS MESMO ASSIM CITEI UM MODELO, CASO A EQUIPE PEDAGÓGICA EXIJA.

EXEMPLO: A recuperação de estudos dar-se-á de forma permanente e concomitante ao processo de ensino e aprendizagem, realizada ao longo do bimestre/trimestre, assegurando ao(a) estudante, novas oportunidades de aprendizagem dos conteúdos não-apreendidos, ficando vedada a aplicação de novo instrumento de reavaliação sem a retomada dos conteúdos.

A recuperação deve ser entendida como um dos aspectos do processo de ensino e aprendizagem pelo qual o(a) professor(a) reorganizará sua metodologia em função das dificuldades dos(as) estudantes, de forma a oportunizar a todos(as) a apropriação efetiva dos conteúdos.

A recuperação de estudos, bem como a sua oferta, é direito de todos(as) os (as) estudantes, independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, sendo sua oferta obrigatória.

É vedado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do bimestre/trimestre, considerando que o processo visa recuperar 100% (cem por cento), ou seja, a totalidade dos conteúdos trabalhados.

Caso o(a) estudante tenha obtido, no processo de recuperação, um valor acima daquele

anteriormente atribuído, a nota deverá ser substitutiva, uma vez que o maior valor expressa o melhor momento do(a) estudante em relação à aprendizagem dos conteúdos.

A proposta de recuperação de estudos deverá indicar os conteúdos da disciplina em que o aproveitamento do(a) estudante foi considerado insatisfatório, por meio de procedimentos didático metodológicos diversificados, utilizando-se de novos instrumentos avaliativos, com a finalidade de atender aos critérios de aprendizagem de cada conteúdo.

Os resultados da recuperação serão incorporados às avaliações efetuadas durante o período, constituindo-se em mais um componente do aproveitamento escolar, sendo obrigatória a sua inserção no Registro de Classe Online.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1934.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1988.

_____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996/1997.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, SEB, 2017. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/bncc-20dez-site.pdf>>. Acesso em: 25 agosto. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 24 agosto. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. Conselho Nacional de Educação; Câmara de Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica. Brasília: MEC; SEB; DICEI, 2013. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13448-diretrizes-curriculares-nacionais-2013-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 16 agosto. 2019.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. **Referencial Curricular do Paraná: princípios, direitos e orientações.** Curitiba: SEED/DEB, 2018. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/bncc/2018/referencial_curricular_parana_cee.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2019.

PARANÁ. Secretaria do Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica de Ensino Religioso.** Curitiba: SEED/DEB, 2008. Disponível em:

<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1>.

Acesso em: 26 agosto 2019.

Parecer nº 15/2017 da CNE/CP, como Direitos de Aprendizagem.

SANTOS, Elói Correa. Diversidade Religiosa Brasileira e Matrizes Fundacionais: Matriz Indígena, Afro, Ocidental e Oriental. In: Almeida José Luciano Ferreira de. **Escritos sobre a educação.** Curitiba: SEED-PR, 2017.

... Livro Didático e outras LEGISLAÇÕES.

Exemplo - NILO CAIRO, CE-EF M N. **Projeto Político Pedagógico.** Disponível em: http://www.apunilocairo.seed.pr.gov.br/redeescola/escolas/1/140/11/arquivos/File/ppp_2012.pdf. Acesso em: 15 mai. 2014,